

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC GUSTAVO DE OLIVEIRA DIAS

**MILITARIZAÇÃO DO ÁRTICO:
Estratégias dos Estados Unidos da América e da Rússia entre os
anos de 1991 e 2022.**

Rio de Janeiro

2024

CC GUSTAVO DE OLIVEIRA DIAS

**MILITARIZAÇÃO DO ÁRTICO:
Estratégias dos Estados Unidos da América e da Rússia entre os
anos de 1991 e 2022.**

Dissertação apresentada à Escola de
Guerra Naval, como requisito parcial para
a conclusão do Curso de Estado-Maior
para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM-1) Leonardo Mattos

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2024

DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR

Declaro que este trabalho acadêmico: a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN); b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros; c) é inédito, isto é, não foi ainda objeto de publicação; e d) é de minha integral e exclusiva autoria.

Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte, e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar. Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos e ideias expressas neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos estudiosos e profissionais da Geopolítica, cujas contribuições para o entendimento das dinâmicas de poder global, especialmente no contexto do Ártico, foram uma fonte de inspiração. Este trabalho é uma pequena contribuição para o vasto campo de estudos sobre a militarização e as estratégias geopolíticas na região do Ártico.

AGRADECIMENTO

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por me conceder o dom da vida e a saúde, sabedoria e clareza, necessários para elaborar esta dissertação da melhor forma possível.

De maneira especial, dedico um agradecimento carinhoso à minha amada esposa Viviane, pelo amor, paciência e compreensão ao longo desta jornada. Seu apoio inabalável e encorajamento constante foram fundamentais para que eu pudesse concluir este trabalho. Aos meus filhos Raquel e Pedro, por serem minha fonte de inspiração diária e por entenderem minhas ausências durante este período. Por vocês, vivo todos os dias.

Manifesto também minha gratidão ao meu orientador, CMG (RM-1) Leonardo Faria de Mattos, por sua orientação incansável, paciência e valiosas contribuições durante todo o processo de pesquisa e escrita. Sua expertise e dedicação foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos meus colegas da turma C-EMOS 2024, pelo excelente convívio, amizade e profissionalismo e, em especial, ao CC Thiago Bento Alves Gomes pelo excepcional auxílio e pelas discussões e debates que contribuíram significativamente para o enriquecimento e para a consecução desta dissertação.

***"Aqueles que têm o privilégio de
saber tem a obrigação de agir."***

Albert Einstein

RESUMO

Este trabalho analisa o processo de militarização do Ártico, com foco nas estratégias adotadas pelos Estados Unidos e pela Rússia entre 1991 e 2022. O Ártico, uma região de crescente importância geopolítica e estratégica, vem ganhando destaque na política internacional devido às mudanças climáticas que aumentam a acessibilidade a rotas marítimas e recursos naturais. A pesquisa busca esclarecer se as estratégias adotadas pelos EUA e pela Rússia na região estão em consonância com o Realismo apresentado por Hans Morgenthau, que enfatiza a busca pelo Poder Nacional e segurança em um Sistema Internacional Anárquico. Inicialmente, são apresentados os conceitos teóricos da Teoria Realista, destacando a importância do poder nacional e seus elementos constitutivos, como recursos naturais, geografia e preparação militar. A análise prossegue com a investigação das estratégias dos EUA e da Rússia no Ártico, destacando como ambos os países têm intensificado sua presença militar e econômica na região para garantir seus interesses estratégicos. A dissertação também aborda a importância do Ártico para o Brasil, enfatizando a necessidade de o país desenvolver uma abordagem abrangente e estratégica para lidar com as questões árticas. O Brasil deve considerar a segurança marítima, a cooperação internacional, o desenvolvimento tecnológico e a preservação ambiental ao formular suas políticas para a região. A análise dos pressupostos converge para afirmar que as estratégias dos EUA e da Rússia no Ártico estão, de fato, alinhadas com as concepções da Teoria Realista. Ambos os países buscam maximizar seu poder e garantir sua segurança em uma região de crescente importância estratégica. Para o Brasil, é crucial desenvolver uma estratégia nacional clara e bem fundamentada para proteger seus interesses e contribuir para a promoção de um ambiente internacional mais seguro, cooperativo e sustentável.

Palavras-chave: Ártico. Estados Unidos. Desenvolvimento Tecnológico. Cooperação Internacional. Rússia. Segurança Marítima. Interesses Estratégicos.

ABSTRACT

The Process of Arctic Militarization: The Strategies of the United States of America and Russia in the Region between 1991 and 2022

This work analyzes the process of Arctic militarization, focusing on the strategies adopted by the United States and Russia between 1991 and 2022. The Arctic, a region of growing geopolitical and strategic importance, has gained prominence in international politics due to climate changes that increase accessibility to maritime routes and natural resources. The research seeks to clarify whether the strategies of the US and Russia in this region align with Hans Morgenthau's Realist Theory, which emphasizes the pursuit of national power and security in an anarchic international system. Initially, the theoretical concepts of Realist Theory are presented, highlighting the importance of national power and its constitutive elements, such as natural resources, geography, and military preparedness. The analysis proceeds with an investigation into the strategies of the US and Russia in the Arctic, highlighting how both countries have intensified their military and economic presence in the region to secure their strategic interests. The dissertation also addresses the importance of the Arctic for Brazil, emphasizing the need for the country to develop a comprehensive and strategic approach to Arctic issues. Brazil must consider maritime security, international cooperation, technological development, and environmental preservation when formulating its policies for the region. The analysis of assumptions converges to confirm that the US and Russian strategies in the Arctic are indeed aligned with the conceptions of Realist Theory. Both countries seek to maximize their power and ensure their security in a region of growing strategic importance. For Brazil, it is crucial to develop a clear and well-founded national strategy to protect its interests and contribute to the promotion of a safer, more cooperative, and sustainable international environment.

Keywords: Arctic. United States. Technological Development. International Cooperation. Russia. Maritime Security. Strategic Interests.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAC	–	Arctic Athabaskan Council
AEPS	–	Arctic Environmental Protection Strategy
AIA	–	Aleuts International Association
AOR	–	Área de Responsabilidade
CD	–	Convenção de Direito do Mar
CLCS	–	Comissão de Limites da Plataforma Continental
CTF	–	Força-Tarefa Combinada
DOD	–	Departamento de Defesa dos Estados Unidos
GCI	–	Gwich'in Council International
ICC	–	Inuit Circumpolar Council
MB	–	Marinha do Brasil
MFA	–	Ministério de Relações Exteriores
NATO	–	Organização do Tratado do Atlântico Norte
NSPD	–	Diretiva Presidencial de Segurança Nacional
NSR	–	Rota do Mar do Norte
OTAN	–	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PND	–	Política Nacional de Defesa
RAIPON	–	Associação Russa dos Povos Indígenas do Norte
SC	–	Saami Council
UNCLOS	–	Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
URSS	–	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USGS	–	Serviço Geológico dos Estados Unidos
ZEE	–	Zona Econômica Exclusiva

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	O ÁRTICO À LUZ DA TEORIA REALISTA.....	14
2.1	O REALISMO.....	14
2.2	O CONTEXTO DO ÁRTICO.....	17
3	ESTRATÉGIAS DOS ESTADOS UNIDOS PARA O ÁRTICO(1991-2022).....	20
3.1	ESTRATÉGIAS INICIAIS (1991-2000).....	20
3.2	ESTRATÉGIAS AGRESSIVAS E MODERNIZAÇÃO (2011-2022) –MUDANÇAS GEOPOLÍTICAS.....	22
3.3	CONCLUSÕES PARCIAIS.....	26
4	O REPOSICIONAMENTO ESTRATÉGICO DA RÚSSIA PARA O ÁRTICO (1991-2022)	28
4.1	PÓS-GUERRA FRIA E RECONFIGURAÇÃO (1991-2000).....	29
4.2	REVITALIZAÇÃO MILITAR (2001-2010) – A ASCENSÃO DE PUTIN E A RENOVAÇÃO NO ÁRTICO.....	30
4.3	ESTRATÉGIA AGRESSIVA E EXPANSÃO (2011-2020)	32
4.4	CONSOLIDAÇÃO E MODERNIZAÇÃO (2021-2022).....	33
4.5	CONCLUSÕES PARCIAIS.....	37
5	A IMPORTÂNCIA E NECESSIDADES DO BRASIL FRENTE ÀS QUESTÕES DO ÁRTICO.....	38
5.1	SEGURANÇA MARÍTIMA E GEOPOLÍTICA.....	38
5.2	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL....	40
5.3	ESTRATÉGIAS NACIONAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS	41
5.4	CONCLUSÕES PARCIAIS.....	42
6	CONCLUSÃO.....	44
	REFERÊNCIAS	47

1 INTRODUÇÃO

O nome "Ártico" origina-se do grego *ἀρκτικός* (arktikos), que significa "próximo do Norte", e de *ἄρκτος* (arktos), que se traduz como "Urso", fazendo uma alusão direta à constelação Ursa Maior¹, especialmente visível no hemisfério norte e amplamente utilizada pelos antigos navegadores como um guia para a orientação². Esta associação histórica com a navegação destaca a importância do Ártico como uma região de interesse humano desde tempos imemoriais, não apenas como uma região geográfica, mas também um símbolo de aventura, exploração e os desafios da natureza inóspita.

Na era contemporânea, o Ártico assume um papel ainda mais complexo e vital no cenário geopolítico global. As nações modernas veem a região não apenas como uma fronteira a ser explorada, mas como um território repleto de recursos naturais valiosos, incluindo petróleo, gás natural e minerais raros. As mudanças climáticas e o derretimento do gelo polar estão tornando essas riquezas cada vez mais acessíveis, intensificando a corrida entre os países para reivindicar suas partes deste vasto território.

Além disso, a crescente acessibilidade das rotas marítimas no Ártico, como a Passagem do Noroeste (labirinto de gelo estreito e naturalmente perigoso, entre o Pacífico, no Alasca, e o Atlântico, na Groenlândia, a 800 quilômetros acima do Círculo Polar Ártico), tem o potencial de revolucionar o comércio global, reduzindo significativamente as distâncias entre os mercados asiáticos, europeus e norte-americanos. Esta nova rota marítima, facilitada pelo aquecimento global, está atraindo a atenção de várias nações que desejam garantir sua influência na região.

Países como China, Estados Unidos, Canadá, Rússia e membros da União Europeia estão investindo pesadamente em infraestruturas e capacidades militares para proteger seus interesses árticos. A presença crescente de forças militares e a construção de novas bases refletem a importância estratégica da região em termos de segurança nacional e projeção de poder.

Essa dinâmica geopolítica contemporânea é marcada por um delicado

¹ "BURCH, David, A History of Celestial Navigation: The Role of the Stars, Compass, and Clock innavigation, 2015".

² "GRANT, Shelagh D. Polar Imperative history of Arctic sweereignty in North America Quebec, 2010".

equilíbrio entre cooperação internacional e competição acirrada. Organizações como o Conselho do Ártico, que inclui países com territórios no Ártico e outros interessados, desempenham um papel crucial na promoção do diálogo e na prevenção de conflitos. No entanto, as tensões persistem, especialmente entre a Rússia e os países ocidentais, com cada lado buscando consolidar sua posição na região. A exploração sustentável e a proteção ambiental também são questões críticas, pois a exploração desenfreada dos recursos naturais pode ter consequências devastadoras para o frágil ecossistema ártico³.

Desta feita, o Ártico de hoje é um microcosmo das complexas interações entre natureza, exploração e geopolítica. A maneira como as nações gerenciam seus interesses e responsabilidades na região, terá implicações significativas não apenas para os países diretamente envolvidos, mas para toda a comunidade global. Nessa concepção, o Ártico continua a ser um espaço de encontro e conflito, refletindo tanto o melhor quanto o pior das tradições humanas na busca por conhecimento, poder e recursos. No contexto da Guerra Fria (1947-1991), a região foi palco de grandes preocupações estratégicas envolvendo diretamente os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Com a fragmentação da URSS em 1991, a Rússia emergiu como sucessora, mantendo grande interesse na região.

Nesse sentido, estariam, pois, as ações dos EUA e da Rússia no Ártico baseadas nas concepções da Teoria Realista? Nesse íterim, este trabalho se propõe a analisar as estratégias adotadas pelos EUA e pela Rússia no Ártico, entre 1991 e 2022, e responder à pergunta supracitada, adotando-se a hipótese de que as referidas ações se baseiam nas concepções da Teoria Realista de Hans Morgenthau, um dos mais influentes teóricos das Relações Internacionais do século 20, e frequentemente considerado um dos fundadores da escola realista do pensamento.

O período selecionado abrange desde a fragmentação da URSS, passando pela criação do Conselho do Ártico em 1996, até 2022, um período marcado por estratégias e desenvolvimentos significativos tanto em nível nacional quanto internacional. Esse recorte temporal permite avaliar a busca pela cooperação e os preparativos para possíveis conflitos decorrentes de disputas por recursos energéticos.

³ “Lill-Ann Körber, Arctic Environmental Modernities: From the Age of Polar Exploration to the Era of the Anthropocene, 2017”.

A importância do tema está baseada na possibilidade de oferecer uma compreensão mais aprofundada da política internacional no Ártico, além de facilitar a percepção das alterações na relevância da região, se estendendo à Marinha do Brasil, que, apesar de não ter uma presença direta na região, deve considerar as implicações das mudanças geopolíticas em curso. O aumento do degelo supracitado bem como a abertura de novas rotas marítimas pode influenciar as rotas comerciais globais e, consequentemente, afetar a segurança e a economia marítima brasileira. Além disso, o interesse crescente de grandes potências na exploração de recursos naturais no Ártico pode servir de exemplo e alerta para o Brasil em relação à sua própria região estratégica, a Amazônia Azul.

Para alcançar o objetivo deste trabalho, a metodologia empregada é descritiva e analítica, com base em pesquisa bibliográfica e documental, com o estudo organizado nos moldes de uma investigação científica, aplicando a Teoria Realista descrita por Morgenthau (2003). Esta teoria permite dividir o Poder Nacional em seus elementos constitutivos, possibilitando o uso de duas variáveis: Recursos Naturais e Nível de Preparação Militar. A análise da intenção de aumentar esses elementos constitutivos do Poder Nacional busca concluir a expansão do próprio poder, representando o interesse do Estado e, assim, comprovando a aplicabilidade da Teoria Realista ao objeto de estudo.

No segundo capítulo, será apresentada a fundamentação teórica da pesquisa, abordando o Realismo segundo Morgenthau, bem como a descrição do espaço onde as ações ocorreram. Este capítulo fornecerá as informações preliminares necessárias para a compreensão dos aspectos que serão analisados nos capítulos subsequentes.

Nos capítulos terceiro e quarto, as variáveis serão analisadas frente aos elementos constitutivos dos Estados e à luz das estratégias adotadas pelos Estados Unidos e pela Rússia no Ártico, com a finalidade de verificar qual a intenção destes em aumentar esses elementos e, consequentemente, seu Poder Nacional.

No quinto capítulo, serão abordados aspectos relacionados ao Brasil em como o país pode adaptar suas políticas e estratégias de defesa na proteção de suas águas jurisdicionais, com base na compreensão do aumento de poder e influência das grandes potências, frente às movimentações estratégicas no Ártico, bem como na aplicação da Teoria Realista, por meio da exploração de recursos naturais, geografia estratégica e preparação militar.

No último capítulo, será feita uma análise final, a qual relaciona a hipótese

formulada com os resultados obtidos. Desta feita, o estudo começa com a exposição dos conhecimentos necessários para a compreensão da pesquisa. Será discutida a base teórica, com a apresentação da Teoria Realista, bem como a descrição do Ártico, que é o cenário dos estudos realizados.

2 O ÁRTICO À LUZ DA TEORIA REALISTA

A abrangência dos conceitos de Estado e soberania varia de acordo com cada teoria, e entender esses conceitos torna-se ainda mais crucial para facilitar a percepção da importância das organizações nas decisões políticas de um governo. Cada teoria oferece uma perspectiva única sobre o Estado e a soberania, influenciando como essas noções são aplicadas e interpretadas. Essa compreensão aprofundada é essencial para avaliar a relevância e o impacto das organizações nas políticas governamentais. A importância da variedade de interpretações e de teorias foi assim descrita por Stephen Walt (1955-):

Nenhuma abordagem isolada pode captar toda a complexidade da política mundial contemporânea. Portanto, estamos melhores com uma gama diversificada de ideias concorrentes do que com uma teoria rígida única. A competição entre teorias ajuda a revelar seus pontos fortes e fracos e estimula refinamentos subsequentes, enquanto revela falhas no conhecimento convencional (Walt, 1998, p. 30, tradução nossa)⁴.

A fundamentação teórica deste trabalho, bem como a compreensão do contexto espacial onde se desenrolarão as ações, será explorada neste capítulo, onde a exposição desses tópicos é essencial para o entendimento dos argumentos que serão debatidos posteriormente. O capítulo será estruturado em duas partes principais: a primeira seção introduzirá a Teoria Realista, enquanto a segunda discutirá os aspectos políticos e a militarização do Ártico. A seguir, será apresentada a Teoria Realista segundo Hans Morgenthau, com ênfase no conceito de Poder Nacional e seus componentes.

2.1 O REALISMO

O Realismo apresenta um mundo imperfeito como resultado direto da natureza humana, onde interesses conflitantes e contínuos embates são a norma. A plena aplicação de princípios morais não é viável; portanto, deve-se buscar, sempre que possível e de forma temporária, o equilíbrio de interesses, resultando em soluções

⁴ No original em inglês: *"No single approach can capture all the complexity of contemporary world politics. Therefore, we are better off with a diverse array of competing ideas rather than a single theoretical orthodoxy. Competition between theories helps reveal their strengths and weaknesses and spurs subsequent refinements, while revealing flaws in conventional wisdom. Although we should take care to emphasize inventiveness over invective, we should welcome and encourage the heterogeneity of contemporary scholarship."*

precárias para os conflitos. A teoria preocupa-se em retratar a natureza humana tal como é, algo que pode ser demonstrado através de fatos históricos (Morgenthau, 2003).

Em sua obra "A Política entre as Nações", Morgenthau (2003) fundamenta o Realismo em seis princípios, destacando a razão como ferramenta essencial para a compreensão dos fatos que permeiam as relações internacionais. Os argumentos discutidos nos princípios caracterizam-se principalmente por apresentar as políticas dos Estados como direcionadas para buscar seus interesses. A busca por poder, segundo a Teoria Realista, é conduzida por uma política que se fundamenta na natureza humana, onde os princípios morais universais não são aplicados, uma vez que as ações dos Estados são determinadas pelas circunstâncias concretas de tempo e lugar. A história comprova essa dinâmica, onde a política se desenvolve em termos de interesse, que Morgenthau define como Poder. Esse conceito é essencial na Teoria Realista, sendo descrito por Morgenthau (2003, p. 199) como "a força de um homem sobre as mentes e as ações de outros homens, algo que pode ser encontrado sempre que seres humanos vivem em contato social uns com os outros." Para compreender o Poder no contexto das relações internacionais, é necessário elevar esse conceito do nível individual para o de um Estado, que é o principal ator no Sistema Internacional, chegando-se, pois, ao conceito de Poder Nacional.

Para quantificá-lo relativamente entre os Estados, Morgenthau (2003) apresenta os elementos que o constituem: Geografia, Recursos Naturais, Grau de Preparação Militar, Capacidade Industrial, População, Índole Nacional, Moral Nacional, Qualidade da Diplomacia e Qualidade do Governo. Cabe ressaltar que o Glossário das Forças Armadas Brasileiras (BRASIL, 2015) também define o conceito de Poder Nacional e seus elementos, mas neste trabalho, adotaremos a definição e os elementos apresentados por Morgenthau na Teoria Realista.

Nessa concepção, dois dos elementos apresentados foram selecionados como atributos a serem analisados nos próximos capítulos, em relação às ações dos EUA e da Rússia no Ártico entre 1991 e 2022. O primeiro atributo a ser avaliado diz respeito aos Recursos Naturais. Morgenthau (2003) atribui a esta variável uma estabilidade relativa, dado que avanços tecnológicos podem tanto revelar novas reservas quanto tornar acessíveis aquelas previamente inacessíveis. Entre os recursos naturais, destacam-se os alimentos, essenciais para a autossuficiência de um Estado, e as matérias-primas, indispensáveis para a produção industrial. Uma atenção especial é

dada às fontes de energia, fundamentais para sustentar a economia moderna. Nesta pesquisa, o foco será direcionado para os recursos naturais em profusão no Ártico, visando proporcionar uma análise aprofundada das controvérsias e ações estratégicas relacionadas à região.

O segundo atributo de grande relevância é o Grau de Preparação Militar, indispensável para alicerçar a política externa de um Estado. Morgenthau (2003) enfatiza que esta variável depende da tecnologia disponível para as Forças Armadas, da liderança militar, bem como da quantidade e qualidade dos militares e armamentos. Ademais, observa-se que a Capacidade Industrial, que envolve as instalações fabris capazes de transformar matérias-primas em produtos civis e militares; a População, que fornece os recursos humanos necessários para criar e aplicar os elementos do Poder Nacional; a Índole Nacional, que reflete a valorização do intelecto e do caráter dos cidadãos; o Moral Nacional, que mede o grau de apoio do povo às políticas externas do governo em tempos de guerra e paz; a Qualidade da Diplomacia, que é responsável por utilizar os diversos elementos do Poder Nacional para maximizar os resultados na política internacional; e, por fim, a Qualidade do Governo, que deve avaliar corretamente a postura da política externa em comparação ao Poder Nacional disponível, além de equilibrar adequadamente os recursos existentes e garantir o apoio da população, completam os elementos do Poder Nacional (Morgenthau, 2003).

Ao considerar esses elementos, Morgenthau (2003) oferece uma estrutura abrangente para entender como os Estados buscam expandir seu Poder Nacional. Esta busca constante de poder é motivada pela natureza humana e não se alinha com princípios morais universais, mas sim com interesses pragmáticos. As variáveis selecionadas – Recursos Naturais e Grau de Preparação Militar – serão utilizadas para analisar as ações dos EUA e da Rússia no Ártico entre 1991 e 2022, fornecendo uma compreensão aprofundada das estratégias geopolíticas na região, uma vez que a presença militar dos EUA e da Rússia no Ártico tem sido substancial, com ambos os países investindo em bases militares, equipamentos especializados e treinamentos para operações em condições extremas.

A competição pela dominância militar no Ártico é intensificada pela necessidade de proteger interesses econômicos, como as rotas de navegação e os recursos naturais, e, também, por questões de soberania territorial, a qual reflete a importância estratégica da região, onde a superioridade tecnológica e a prontidão operacional das Forças Armadas desempenham papéis cruciais. No próximo item desse capítulo,

serão abordados os aspectos histórico-político-estratégicos mais relevantes do Ártico, necessários para a contextualização das ações dos Estados Unidos e Rússia, as quais serão abordadas nos capítulos seguintes.

2.2 O CONTEXTO DO ÁRTICO

Não existe uma definição absoluta para determinar os limites do Ártico. Para fins deste estudo, essa região será definida centrada no Polo Norte, limitada, ao sul, pela linha que une os locais em que a média da temperatura é a de dez graus Celsius⁵, sendo assim, composta por um oceano que ocupa 14.056 milhões de quilômetros quadrados e possuindo 45.389 quilômetros de linhas de costa compartilhadas por EUA, Canadá, Dinamarca (Groelândia), Islândia, Noruega e Rússia que, acrescidos da Finlândia e da Suécia, os quais formam os Estados do Ártico⁶, ocupando cerca 8 milhões de quilômetros quadrados (EUA, 2020, p.1).

Os principais grupos nativos do Ártico estão organizados em várias associações. Entre elas, temos a *Aleuts International Association* (AIA), que representa os *Aleuts* dos EUA e da Rússia; o *Arctic Athabaskan Council* (AAC), que representa os *Athabaskans* do Canadá e dos EUA; o *Gwich'in Council International* (GCI), que representa os *Gwich'in* do Canadá e dos EUA; o *Inuit Circumpolar Council* (ICC), que representa os *Inuit* do Canadá, EUA, Groenlândia e Rússia; a *Russian Association of Indigenous People of the North* (RAIPON), que representa 41 diferentes etnias na Rússia setentrional; e o *Saami Council* (SC), que representa os *Saami* da Finlândia, Noruega, Rússia e Suécia. Estas associações participam ativamente nas discussões sobre temas importantes para a região (Dodds; Nuttal, 2016).

O clima do Ártico é um fator crucial que influencia a acessibilidade da região. As mudanças climáticas estão abrindo as rotas marítimas árticas por períodos mais longos a cada ano, permitindo maior acesso aos recursos naturais. Em setembro de 2012, foi registrada a menor extensão de gelo no Oceano Ártico desde o início das

⁵ Existem, pelo menos, três definições para a região do Ártico. A mais comum é a definida pela região ao norte do Círculo Polar Ártico; uma segunda definição é baseada em uma linha traçada no limite norte do crescimento das árvores, chamada de "Arctic TreeLine" (Linha de árvores do Ártico) e é caracterizada por separar a tundra da floresta boreal; e a terceira definição é limitada pela isotérmica, linha que une os locais em que a média da temperatura é a mesma, de dez graus Celsius (NASA, 2020).

⁶ "Estados do Ártico" é a expressão utilizada para se referir ao conjunto de membros permanentes do Conselho do Ártico, de acordo com a Declaração de Otawa de 1996.

medições em 1979: apenas 3,6 milhões de km², cerca de 50% da média registrada entre 1979 e 2000. Há previsões divergentes acerca de quando o Oceano Ártico estará completamente livre de gelo durante o verão, variando entre 2030 ou 2040 até 2070 (Byers, 2013; Dodds; Nuttal, 2016).

No que tange à governança, destaca-se a criação do Conselho do Ártico em 1996, uma iniciativa proposta pelo Canadá. Este fórum intergovernamental inclui os chamados Estados Árticos supracitados. A origem deste Conselho remonta à criação do *Arctic Environmental Protection Strategy* (AEPS)⁷ em 1991, proposta pela Finlândia com foco na proteção ambiental. A criação do Conselho enfrentou inicialmente a resistência dos EUA, que aceitaram participar com a condição de que a entidade fosse classificada como um Fórum, e não como um Organismo Internacional (BLOOM, 1999). Destaca-se que o objetivo principal do Conselho do Ártico é promover a preservação ambiental da região e o desenvolvimento sustentável. A presidência do Conselho é rotativa entre os Estados-Membros, sendo atualmente, a presidência exercida pela Noruega (biênio 2023-2025).

As comunidades indígenas da região possuem assento permanente no Conselho, embora sem direito a voto, sendo representadas por organizações como AIA, AAC, GCI, ICC e RAIPON. Estados que não possuem território na região podem solicitar status de observadores, posição já ocupada por países como Alemanha, China, Cingapura, Coreia do Sul, Espanha, França, Holanda, Índia, Itália, Japão, Polônia e Reino Unido. Ressalta-se que o Brasil ainda não pleiteou esse status no Conselho, até o presente momento.

Observa-se, portanto, que o Ártico é uma vasta área predominantemente marítima, fortemente impactada pelas mudanças climáticas. As principais consequências incluem a abertura de novas rotas marítimas, que proporcionam ligações mais curtas entre a Europa e o Leste Asiático, além de um acesso mais fácil aos recursos naturais da região. Desta forma, o Conselho do Ártico, inicialmente de pouca relevância para países como os EUA, vem ganhando crescente importância nas discussões sobre o futuro da região.

Por conseguinte, no próximo capítulo, serão exploradas as estratégias dos Estados Unidos para o Ártico, destacando como a maior potência militar e econômica

⁷ Russell, Bruce A. "The Arctic Environmental Protection Strategy & the New Arctic Council". Archived, 2008.

do mundo está adaptando suas políticas e capacidades para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades emergentes na região.

3 ESTRATÉGIAS DOS ESTADOS UNIDOS PARA O ÁRTICO (1991-2022)

Neste capítulo será analisada a evolução das estratégias dos Estados Unidos para o Ártico entre 1991 e 2022, sob a luz da teoria realista de Hans Morgenthau (2003), a qual enfatiza a busca por poder e segurança como os principais motores da política internacional, onde os Estados agem principalmente em função de seus interesses nacionais em resposta a um sistema anárquico e competitivo, o que vem a contribuir para a validação da hipótese desta pesquisa.

A análise em tela converge para o grau de preparação militar, o qual, segundo Morgenthau (2003), é um dos elementos constitutivos do Poder Nacional e responsável por apoiar diretamente as políticas externas dos Estados. Esta preparação é objeto de análise sob a ótica dos aspectos da tecnologia, liderança, quantidade e qualidade das Forças Armadas, inseridas, por sua vez, em um contexto associado às mudanças geopolíticas e climáticas, com a crescente importância estratégica do Ártico, em virtude não somente de seus vastos recursos naturais, mas também do surgimento de novas rotas marítimas.

As estratégias dos EUA no Ártico buscam manter um equilíbrio de poder, prevenindo que qualquer outra nação domine a região, alinhado com a visão de Morgenthau (2003) de que os Estados devem evitar que outros adquiram uma posição de preponderância que possa ameaçar sua segurança. No período objeto da análise (1991-2022), cabe observar que, inicialmente, a política americana focava em pesquisa e cooperação internacional, se expandindo, gradualmente, com enfoque na segurança nacional e na presença militar, à medida que o Ártico se torna mais acessível e competitivo, demonstrando que esta mudança de foco se reflete na alteração da importância geopolítica da região.

Para atingir esse objetivo, este capítulo foi dividido em três seções, onde as duas primeiras abordarão as estratégias, em ordem cronológica, mostrando a evolução do pensamento estratégico norte-americano frente às questões do Ártico, com ênfase nas iniciativas militares e de segurança e, a terceira, conclusões parciais do capítulo.

3.1 ESTRATÉGIAS INICIAIS (1991-2000)

Nos anos imediatamente após o fim da Guerra Fria (1947-1991), a abordagem dos EUA para o Ártico foi marcada pela pesquisa científica e cooperação internacional. Os Estados Unidos reduziram significativamente sua presença militar no Ártico. Segundo Rob Huebert, "a percepção de uma ameaça militar direta no Ártico diminuiu, resultando em uma redução dos recursos militares na região" (Huebert, 2011, p. 8, tradução nossa).

A participação dos EUA na Estratégia de Proteção Ambiental do Ártico (AEPS, em sua sigla em inglês) e, posteriormente, no estabelecimento do Conselho do Ártico⁸ em 1996, com os Estados Unidos como um dos membros fundadores simbolizou essa ênfase em uma governança cooperativa para região. A administração Clinton (1993-2001) apoiou a colaboração científica e o monitoramento ambiental, buscando compreender melhor os impactos das mudanças climáticas no Ártico e promover a paz e a estabilidade na região.

O início do século 21 trouxe uma mudança gradual na estratégia dos EUA, impulsionada pela crescente consciência das mudanças climáticas e suas implicações para a segurança nacional. Nesse sentido, a evolução das estratégias dos EUA no Ártico, especialmente após os anos 2000, demonstra uma clara preocupação com a segurança nacional e o poder econômico, refletindo os princípios do realismo.

A administração Bush (2001-2009), por sua vez, começou a considerar o Ártico não apenas como um laboratório científico, mas também como um espaço estratégico. Em 2009, o Departamento de Defesa dos EUA publicou a Política do Ártico⁹, que reconheceu oficialmente a importância da região para os interesses de segurança dos EUA.

Com o advento dos ataques de 11 de setembro de 2001, os EUA começaram a reavaliar suas prioridades estratégicas. Heather A. Conley aponta que "embora o foco inicial estivesse no Oriente Médio, o interesse pelos recursos do Ártico e as atividades de outras nações árticas começaram a ganhar importância" (Conley&Rohloff, 2015, p. 12). Durante esta década, os EUA aumentaram os investimentos em infraestrutura e capacidades no Ártico, incluindo melhorias em navios quebra-gelo e exercícios militares conjuntos com aliados. Além disso, o aumento do monitoramento das atividades militares de outras potências no Ártico,

⁸ "Arctic Council, 1996".

⁹ National Security Presidential Directive-66/Homeland Security Presidential Directive-25, "Arctic Region Policy," January 2009.

especialmente da Rússia, refletira uma preocupação crescente com a segurança, a qual se materializou com investimentos em infraestrutura de segurança, incluindo comunicações e capacidades de vigilância no Ártico, bem como no fortalecimento da cooperação com aliados do Conselho do Ártico para garantir um ambiente seguro e estável.

3.2 ESTRATÉGIAS AGRESSIVAS E MODERNIZAÇÃO (2011-2022) – MUDANÇAS GEOPOLÍTICAS

A década de 2010 marcou uma intensificação significativa das estratégias americanas para o Ártico, impulsionada tanto pelas crescentes tensões geopolíticas quanto pelos avanços tecnológicos. As administrações Obama (2009-2017) e Trump (2017-2021) adotaram abordagens que, apesar de diferentes em estilo, ambas buscaram reforçar a presença dos EUA no Ártico.

Durante a administração Obama (2009-2017), a publicação da Estratégia Nacional para o Ártico (2013), estabeleceu objetivos claros para a segurança e a defesa, incluindo a necessidade de melhorar a capacidade dos EUA de operar no Ártico, promover a segurança regional e proteger a soberania americana, visando "assegurar a segurança, a administração responsável e a cooperação internacional" (National Strategy for the Arctic Region, 2013, p. 1).

Neste período, houve um aumento significativo das atividades militares dos EUA no Ártico, incluindo exercícios como Arctic Edge e Northern Edge. De acordo com Morgenthau (2003), a ausência de uma autoridade central leva os Estados a buscarem segurança por meio do poder. Além disso, Conley destaca que "os EUA aprimoraram suas capacidades operacionais para garantir a liberdade de navegação e manter uma presença constante na região" (Conley&Rohloff, 2015, p. 18). Nessa direção, a crescente militarização do Ártico e a competição com a Rússia e a China são exemplos de como os EUA percebem a necessidade de assegurar sua posição estratégica em uma região de importância crescente, levando os EUA a promover um maior envolvimento da OTAN na região, refletindo, pois, suas preocupações com a segurança, aliados a investimentos em pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias, incluindo sistemas de vigilância e drones, para operar em condições extremas do Ártico.

Em 2014, por sua vez, a Marinha dos Estados Unidos lançou o documento *Navy*

Arctic Roadmap, com projeção até 2030, que avaliou a necessidade de uma presença mais frequente das forças navais estadunidenses na região. Interpretado enquanto uma atualização da declaração anterior lançada em 2009, o *Navy Arctic Roadmap*, além de salientar a liderança das forças navais, firmou o comprometimento de fornecer a orientação necessária para prepará-las para potenciais contingências no Ártico, de forma a garantir a segurança e os interesses nacionais¹⁰.

A administração Trump (2017-2021) adotou uma postura mais assertiva, destacando a importância do Ártico para a segurança nacional dos EUA. Em 2019, o Departamento de Defesa dos EUA declarou o Ártico como uma prioridade de defesa e, reconhecendo a deficiência dos EUA em quebra-gelos comparado à Rússia, houve um impulso significativo para modernizar e expandir a frota de quebra-gelos americanos, no aprimoramento dos sistemas de comunicação e, nesse ínterim, na melhoria da consciência situacional, com a Marinha e a Guarda Costeira dos Estados Unidos intensificando a realização de operações de liberdade de navegação para afirmar os direitos dos EUA e de seus aliados em rotas marítimas estratégicas no Ártico. De acordo com a Estratégia de Defesa do Ártico do Departamento de Defesa dos Estados Unidos:

O Ártico é uma via potencial para a expansão da competição e a agressão entre grandes potências, abrangendo duas regiões-chave de competição contínua identificadas na NDS – o Indo-Pacífico e a Europa – e o território dos EUA. Os interesses dos EUA incluem manter a flexibilidade para a projeção do poder global, inclusive garantindo a liberdade de navegação e sobrevoo; e limitar a capacidade da China e da Rússia de alavancar a região como um corredor para a concorrência que promove os seus objetivos estratégicos através de comportamento maligno ou coercivo¹¹. (Department of Defense Arctic Strategy, 2019, p.4, tradução nossa).

Não obstante, foram incrementados os incentivos ao setor privado para exploração de oportunidades no Ártico, especialmente em energia e minerais, com o objetivo de reforçar a presença econômica e, por extensão, a segurança nacional.

Nesse contexto, em julho de 2020, o Departamento de Estado dos Estados Unidos anunciou a nomeação de Jim DeHart para o cargo de Coordenador do país na região do Ártico. Este posto estava vago há cerca de três anos, e a escolha de DeHart

¹⁰ “The United States Navy Arctic Roadmap for 2014 to 2030, February 2014”.

¹¹ “*The Arctic is a potential avenue for expanded great power competition and aggression spanning between two key regions of ongoing competition identified in the NDS — the Indo-Pacific and Europe — and the U.S. homeland. U.S. interests include maintaining flexibility for global power projection, including by ensuring freedom of navigation and overflight; and limiting the ability of China and Russia to leverage the region as a corridor for competition that advances their strategic objectives through malign or coercive behavior*”.

simbolizou uma série de iniciativas destinadas a fortalecer a presença e a influência dos Estados Unidos no extremo norte do planeta, em claro objetivo de afirmar a posição dos EUA em uma área de crescente interesse geopolítico e estratégico, em resposta à intensificação das atividades de outras nações, como a Rússia e a China, na região. A nomeação de DeHart foi um passo estratégico para garantir que os interesses norte-americanos fossem protegidos e promovidos no Ártico.

Ainda nesse viés, a nomeação ocorreu logo após a visita do Secretário de Estado Mike Pompeo à Dinamarca, onde foi reforçado o compromisso dos Estados Unidos com um maior envolvimento na região do Ártico. Durante a visita, Pompeo destacou a importância da região não apenas do ponto de vista geopolítico, mas também em termos de segurança nacional e cooperação internacional, enfatizando que os Estados Unidos mantêm uma presença militar significativa no Ártico através da Base Aérea de *Thule*, localizada na costa noroeste da Groenlândia. Esta base é vital para os EUA, pois serve como um ponto crucial para alertas de mísseis, vigilância espacial e assistência em pesquisas científicas, com foco principalmente na redução da cobertura de gelo e nas consequências visíveis das mudanças climáticas, fornecendo dados valiosos para a comunidade científica internacional. Em agosto do mesmo ano, o presidente Trump chegou a mencionar em uma entrevista sobre o possível interesse dos Estados Unidos em adquirir da Dinamarca a Groenlândia, algo que foi prontamente rechaçado pelo governo dinamarquês, mas comprovou o aumento do interesse norte-americano pela região¹².

Cabe salientar que, em agosto de 2020, o presidente Donald Trump solicitou ao departamento executivo o desenvolvimento de uma frota de navios quebra-gelos. Esta iniciativa visa reforçar a presença militar dos EUA no Ártico, onde a tecnologia de quebra-gelos é vital para a projeção de poder e influência da nação no Ártico, permitindo enfrentar os desafios climáticos da região. Essa medida foi de grande relevância para os Estados Unidos, para mitigar a defasagem americana, em termos militares no Ártico, frente à Rússia, está dispondo de 46 embarcações dessa classe, incluindo algumas com tecnologia nuclear, e os EUA dispondo de apenas uma embarcação de grande porte com tecnologia de quebra-gelos. O desenvolvimento de novas tecnologias, incluindo embarcações construídas nos novos padrões do Código Polar, torna-se objetivo central no debate doméstico desses países, uma vez que

12<https://www.theguardian.com/world/2019/aug/18/trump-considering-buying-greenland>

questões militares e econômicas estão entrelaçadas. A tecnologia dos quebra-gelos possibilita a expansão do território estadunidense para o Ártico, considerando que há o avanço sobre as fronteiras naturais, proporcionando a nova espacialização do país em seu entorno estratégico. As limitações naturais se diluem e o país passa a superar as barreiras climáticas, viabilizando sua presença constante e efetiva na região, aproximando-se da capacidade russa, hegemonicamente presente no Ártico (Konyshev; Sergunin, 2012).

Ao publicar a Estratégia Nacional para a Região do Ártico¹³, em 2022, a administração Biden (em curso), teve como objetivo definir a agenda para o Ártico até 2032. A importância dessa estratégia é destacada pelas diversas áreas que abrange, refletindo a complexidade e a relevância geopolítica crescente do Ártico. A abordagem inclui tanto medidas de segurança quanto iniciativas voltadas para o desenvolvimento sustentável e a preservação ambiental, essenciais para garantir um futuro equilibrado para a região. Nesse sentido, a estratégia é focada em segurança, mitigação climática, desenvolvimento econômico e cooperação internacional na região, com reforço às alianças com os países membros do Conselho do Ártico, enfatizando, pois, a necessidade de uma abordagem cooperativa para enfrentar os desafios regionais, de investimentos contínuos em infraestrutura para garantir uma resposta rápida e eficaz às emergências e atividades militares no Ártico, reconhecendo, portanto, que as mudanças climáticas são um multiplicador de ameaças na região.

Além disso, o Secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, destacou a Estratégia Nacional para a Região do Ártico como um passo importante para moldar o futuro da região, ressaltando ainda a vasta gama de oportunidades econômicas lá presentes, que vão desde a exploração de recursos minerais e energéticos até o desenvolvimento de rotas de transporte marítimo e turismo. No entanto, essa exploração deve ser equilibrada com esforços significativos de mitigação climática e proteção ambiental, dadas as vulnerabilidades únicas do ecossistema ártico.

A Estratégia americana surge em um momento em que as tensões no Ártico aumentaram significativamente. A Rússia, o maior dos oito países árticos, tem expandido sua infraestrutura militar na região e conduzido exercícios militares. Além disso, o Kremlin está buscando aumentar a atividade econômica russa no Ártico através de incentivos fiscais para que as empresas de energia invistam na região. Em

¹³ “National Strategy for the Arctic Region, 2022”.

2018, a China se declarou um "Estado próximo ao Ártico," sinalizando seu interesse na área. Rússia e China têm colaborado no desenvolvimento do Ártico, levantando preocupações dos Estados Unidos e da OTAN sobre a crescente influência dessas nações na região.

A estratégia da administração Biden inclui investimentos em capacidades de rastreamento para monitorar ameaças e atividades na região. O documento delinea treinamentos militares e exercícios regulares no Ártico, bem como um plano para expandir a frota de quebra-gelos da Guarda Costeira e apoiar a criação de um porto de águas profundas. Essas medidas visam garantir que os Estados Unidos estejam preparados para responder a qualquer desafio que possa surgir no Ártico, mantendo uma presença robusta e sustentada. Além disso, a ênfase na cooperação internacional e no desenvolvimento econômico sustentável destaca a abordagem abrangente e multifacetada da estratégia, que busca equilibrar o interesse em segurança com a necessidade de proteger um dos ecossistemas mais delicados do planeta.

3.3 CONCLUSÕES PARCIAIS

A evolução da estratégia dos Estados Unidos para o Ártico de 1991 a 2022 demonstra uma progressiva militarização e um reconhecimento crescente da importância estratégica da região. Desde uma abordagem inicial focada em cooperação e pesquisa, até uma postura mais assertiva de presença militar e defesa nacional, os EUA adaptaram suas políticas para responder às mudanças climáticas, avanços tecnológicos crescentes tensões geopolíticas e potenciais de recursos na região, enfatizando a necessidade de poder militar e segurança como pilares da política externa dos EUA no Ártico, frente às mudanças geopolíticas em curso.

A Estratégia Nacional para a Região do Ártico representa um compromisso estratégico dos Estados Unidos com a segurança, o desenvolvimento sustentável e a cooperação internacional no Ártico até 2032. O aumento consistentemente da presença militar e capacidades norte-americanas no Ártico, com ênfase no desenvolvimento de infraestrutura, exercícios conjuntos e avanços tecnológicos, é fator de relevância para o desenvolvimento de uma estratégia que equilibra imperativos geopolíticos com considerações ambientais e científicas, reconhecendo

os desafios únicos da região, especialmente em resposta ao aumento das atividades russas e chinesas no Ártico.

Ao focar em uma abordagem equilibrada que integra segurança, mitigação climática e desenvolvimento econômico, a estratégia busca garantir que o Ártico possa ser uma região de paz, estabilidade e prosperidade, na qual o fortalecimento de alianças e de capacidades de dissuasão torna-se um componente essencial da estratégia dos EUA, com foco na busca por segurança, gestão de poder e em resposta a um ambiente internacional anárquico, garantindo um futuro sustentável para essa região vital do mundo. No próximo capítulo, pois, a estratégia da Rússia, país que possui o maior litoral banhado pelo Oceano Ártico será objeto de análise.

4 O REPOSICIONAMENTO ESTRATÉGICO DA RÚSSIA PARA O ÁRTICO (1991-2022)

Conforme abordado nos capítulos anteriores, o Ártico é uma região de crescente importância estratégica, em virtude da vastidão de seus recursos naturais, como petróleo e gás, e as novas rotas marítimas que estão se abrindo em face ao derretimento do gelo polar.

Essas novas oportunidades têm atraído a atenção de várias potências globais, com a Rússia emergindo como um dos principais atores na região, cuja importância do Ártico é multifacetada, abrangendo questões de segurança nacional, desenvolvimento econômico e projeção de poder, além de ser uma fonte potencial de riqueza econômica.

O Ártico também possui grande importância estratégica para a defesa nacional da Rússia. Com fronteiras que se estendem pelo Círculo Polar Ártico, a Rússia tem investido em garantir que essa área permaneça sob seu controle e que esteja bem defendida contra quaisquer ameaças externas.

Durante a Guerra Fria, o Ártico ocupava um lugar de destaque nos impasses políticos e militares entre as duas superpotências. Isso era importante não por causa das interações no próprio Ártico (embora os jogos de gato e rato entre submarinos ocorressem ali), mas por seu papel estratégico mais amplo na competição sistêmica entre os EUA e a URSS.

Com o fim da Guerra Fria, o Ártico passou de uma região de rivalidade geoestratégica para uma onde um Estado russo (agora diminuído) colaboraria em vários novos arranjos cooperativos com seus antigos adversários ocidentais, por meio do surgimento de várias organizações regionais (o Conselho do Ártico, o Conselho Euro-Ártico de Barents e o Fórum do Norte) para enfrentar questões como a degradação ambiental, o desenvolvimento regional e local, e a cooperação cultural e econômica transfronteiriça¹⁴.

Em meados dos anos 2000, a importância estratégica do Ártico ressurgiu. Ecoando as dinâmicas da Guerra Fria, isso começou a acontecer principalmente porque a Rússia, sob o comando do presidente Vladimir Putin, começou a reconstruir seu poderio militar (e nuclear) para reafirmar sua posição na mesa principal da política

¹⁴ “Svein Vigeland Rottem, *The Arctic Council: Between Environmental Protection and Geopolitic* (Singapore: Palgrave Macmillan), 2020”.

mundial. Dada a geografia do país e sua história recente, seu foco óbvio seriam suas terras e mares árticos. Neste terreno, a Rússia poderia seguir, sem obstruções, sua política de reconstrução de forças, bem como expandir suas capacidades de defesa e dissuasão¹⁵.

Isso não ocorreu principalmente devido a mudanças nas circunstâncias políticas no Ártico, mas porque a Rússia mantém uma posição naturalmente (isto é, geograficamente) dominante no Norte e uma presença naval historicamente forte, a Esquadra do Norte, na Península de Kola¹⁶, onde seus submarinos estratégicos estão baseados — essenciais para o status do país como uma grande potência nuclear no cenário mundial. A reconstrução das forças militares russas na região não apenas reforça a segurança nacional, mas também envia uma mensagem clara ao mundo sobre a intenção da Rússia de ser um jogador dominante no cenário geopolítico global¹⁷.

Nesse contexto, a análise realizada explora as estratégias militares da Rússia no Ártico de 1991 a 2022, utilizando como base a teoria realista de Hans Morgenthau para interpretar as ações e motivações russas, com ênfase na importância dos poderes militar e econômico, como meios para alcançar segurança e influenciar outros Estados.

Para atingir o objetivo da análise, este capítulo foi dividido em cinco seções, onde as quatro primeiras abordarão a influência dos acontecimentos históricos do período em estudo na adoção e reformulação das estratégias russas para o Ártico, sob o enfoque do incremento das Capacidades Militares e de segurança e, a quinta, conclusões parciais do capítulo.

4.1 PÓS-GUERRA FRIA E RECONFIGURAÇÃO (1991-2000)

Após o colapso da União Soviética em 1991, a Rússia enfrentou uma crise econômica e política que resultou na redução significativa da presença militar no Ártico. Durante esse período, a capacidade militar da Rússia foi drasticamente reduzida, bem como muitas bases militares árticas foram abandonadas ou operaram

¹⁵ "Russia's Arctic Strategy."

¹⁶ "Zysk, Katarzyna. "Russia's Arctic Strategy: Ambitions and Restraints." *Journal of Military and Strategic Studies*, 2010.

¹⁷ Alexander Sergunin and Valery Konyshev, "Russia in Search of Its Arctic Strategy: Between Hard and Soft Power?", 2014"

com recursos limitados. Segundo Zysk (2010, p.100), "a percepção de uma ameaça militar direta no Ártico diminuiu, resultando em uma redução dos recursos militares na região."

A derrocada da União Soviética levou a uma diminuição da influência global russa, e o Ártico não foi exceção. A economia russa estava em frangalhos, e o governo teve que focar em questões domésticas urgentes. No entanto, a reavaliação do final da década de 1990 mostrou que o Ártico ainda era vital para os interesses de longo prazo da Rússia, fato este celebrado na participação ativa russa na criação de várias organizações regionais, como o Conselho do Ártico, o Conselho Euro-Ártico de Barents e o Fórum do Norte. Essas instituições foram estabelecidas para enfrentar problemas comuns, como a degradação ambiental, o desenvolvimento regional e a cooperação cultural e econômica (Zysk, 2010).

Esse reposicionamento estratégico russo adotado ao final dos anos 1990 denotou uma reavaliação de sua postura na região, reconhecendo a necessidade de proteger seus interesses econômicos e de segurança. Isso incluiu esforços iniciais para reativar algumas bases e fortalecer a presença militar na região. Esses esforços refletem a percepção realista de que um estado deve estar preparado para proteger seus interesses estratégicos mesmo em tempos de fraqueza relativa.

De acordo com a teoria de Morgenthau, os Estados recalibram suas estratégias de poder baseados em suas capacidades relativas. Durante os anos 1990, a Rússia estava em um estado de fraqueza relativa e, portanto, adotou uma postura de retração temporária no Ártico enquanto buscava estabilização interna e recuperação econômica. Este período de reconfiguração foi marcado por uma abordagem mais passiva em termos militares, enquanto o foco estava em consolidar o controle interno e revitalizar a economia.

4.2 REVITALIZAÇÃO MILITAR (2001-2010) – A ASCENSÃO DE PUTIN E A RENOVAÇÃO NO ÁRTICO

Com a ascensão de Vladimir Putin ao poder em 2000, houve uma renovação do interesse russo no Ártico. Putin identificou a região como uma prioridade estratégica e começou a implementar políticas para revitalizar a presença militar russa. Arild Moe (2015, p.78) observa que "a revitalização das capacidades militares

no Ártico foi uma clara indicação de que a Rússia estava reafirmando sua influência na região”.

Baseando-se nas primeiras explorações russas e na propaganda do "Ártico Vermelho" de Stalin, Vladimir Putin se identifica pessoalmente com as ambições árticas da Rússia e busca explorar a narrativa do Ártico como um símbolo do homem conquistando a natureza, uma característica distintiva do nacionalismo russo moderno. O Ártico é um pilar fundamental no retorno da Rússia ao status de grande potência e esforços maciços são envidados para explorar seu potencial geoestratégico, o que tem sido uma ambição de longa data dos líderes soviéticos e russos, em vistas de que a reativação do Ártico era crucial para a segurança nacional e a economia da Rússia. A região é rica em recursos naturais e oferece uma rota estratégica para o transporte marítimo. Nesse viés, em 2001, a Rússia apresentou à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLCS) uma reivindicação para estender sua plataforma continental no Ártico. Embora inicialmente rejeitada por falta de dados conclusivos, a Rússia continuou a conduzir pesquisas científicas para fortalecer sua posição.

Além disso, a capacidade de projetar poder no Ártico ajuda a Rússia a reafirmar sua posição como uma potência global. Para tal, durante este período, a Rússia investiu significativamente na modernização de suas forças armadas no Ártico. Isso incluiu o desenvolvimento de novos quebra-gelos nucleares, submarinos capazes de operar sob o gelo polar e a reativação de antigas bases militares. A construção de novas instalações militares e o aumento das capacidades de defesa aérea também foram prioridades. Essa modernização militar não se limitou apenas aos equipamentos, mas também envolveu a melhoria de infraestruturas, como portos e aeródromos árticos. Esses investimentos foram essenciais para garantir que a Rússia pudesse operar eficazmente em um ambiente tão hostil e estrategicamente importante.

Cabe salientar o simbolismo russo marcado pelo advento, em 2007, quando estes fincaram uma bandeira de titânio no Polo Norte geográfico como símbolo de sua força e soberania regionais. Desde então, o Ártico enfrenta o aumento da capacidade da Rússia de controlar e negar o acesso às diversas partes da região, bem como o comprometimento das linhas marítimas de comunicação com o Atlântico Norte, onde essa presença militar robusta é vista como uma forma de dissuasão contra potências

rivais e uma garantia de que a Rússia possa explorar e proteger suas reivindicações territoriais e econômicas.

4.3 ESTRATÉGIA AGRESSIVA E EXPANSÃO (2011-2020)

A década de 2010 foi marcada por uma demonstração agressiva de força por parte da Rússia no Ártico. Grandes exercícios militares foram conduzidos regularmente para testar e exibir as capacidades militares russas na região. Esses exercícios envolveram milhares de tropas, aeronaves, e unidades navais, enviando uma mensagem clara ao Ocidente sobre a prontidão e capacidade militar da Rússia.

Em análise, a importância estratégica do Ártico para a Rússia se tornou ainda mais evidente, quando, em 2010, o presidente Dmitry Medvedev declarou que a Rússia deve estar preparada para defender seus recursos no Ártico. Esta declaração refletia a crescente percepção de ameaças externas e a necessidade de proteger os vastos recursos naturais da região, incluindo petróleo e gás. A Rússia começou a investir pesadamente em infraestrutura militar no Ártico, reabrindo bases da era soviética e estabelecendo novas instalações para reforçar sua presença na região.

A militarização do Ártico pela Rússia não se deu apenas por mudanças políticas na região, mas também devido à sua posição geográfica dominante e a uma histórica presença naval forte, especialmente a Esquadra do Norte, baseada na Península de Kola. Esta esquadra é essencial para a posição da Rússia como uma grande potência nuclear, com submarinos estratégicos que desempenham um papel crucial na dissuasão nuclear global¹⁸.

Os exercícios militares serviram para demonstrar não apenas as capacidades defensivas da Rússia, mas também sua capacidade de projetar poder em uma região de crescente interesse internacional. A presença militar robusta é uma forma de sinalizar a outros países que a Rússia está disposta a defender seus interesses no Ártico. Esse aumento do ritmo operacional, da escala e dos testes de armas nucleares têm sido características distintas dos exercícios militares russos no Ártico. A ênfase é colocada em tempos de aviso curtos e mobilidade estratégica e tática. A Rússia exerceu suas capacidades de defesa de bastião durante seu Exercício Escudo do

¹⁸ Zysk, Katarzyna. "Russia's Arctic Strategy: Ambitions and Restraints." *Journal of Military and Strategic Studies*, 2010.

Oceano em agosto de 2019. Enquanto exercitava no Mar Báltico, a Esquadra do Norte entrou no Mar do Norte e participou de demonstrações de fogo real no Mar da Noruega. Esses esforços demonstram uma clara linha de defesa avançada para garantir o estreito GIUK (Groenlândia, Islândia, Reino Unido-Noruega) e bloquear o Canal da Mancha. O propósito desses exercícios é mostrar a capacidade da Rússia de projetar poder além de suas águas árticas e afirmar o controle marítimo.

A Rússia também intensificou suas reivindicações territoriais no Ártico durante este período. Isso incluiu a submissão de reivindicações à Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU, buscando estender seu território até o Polo Norte. Dmitry Gorenburg (2019, p.52) destaca que "os exercícios militares no Ártico não são apenas demonstrações de força, mas também servem para apoiar as reivindicações territoriais da Rússia na região. "A Rússia argumenta que o Lomonosov Ridge, uma formação subaquática que se estende sob o Polo Norte, é uma extensão de seu território continental. Se essa reivindicação for aceita, a Rússia poderá controlar vastos recursos de petróleo e gás.

A estratégia agressiva e a expansão militar da Rússia no Ártico podem ser interpretadas através das ideias de Morgenthau sobre o balanço de poder. A Rússia busca estabelecer um equilíbrio de poder favorável no Ártico, onde sua presença militar dissuade ações de outras potências e protege seus interesses estratégicos. A competição pelos recursos e a posição geopolítica são centrais para a compreensão da política russa na região.

A postura agressiva da Rússia no Ártico é uma aplicação direta do princípio de Morgenthau de que os estados estão em constante busca de maximizar seu poder para garantir a sobrevivência em um sistema internacional anárquico.

4.4 CONSOLIDAÇÃO E MODERNIZAÇÃO (2021-2022)

Nos anos recentes, a Rússia continuou a modernizar suas Forças Armadas no Ártico, focando na atualização de sua frota de quebra-gelos e no aprimoramento das infraestruturas de defesa. A integração de novas tecnologias, como sistemas de drones e capacidades de guerra cibernética, tem sido uma prioridade para aumentar a eficiência e a eficácia das operações militares na região. Esses avanços tecnológicos são vistos como essenciais para operar eficazmente no Ártico, uma

região que apresenta desafios únicos devido ao seu clima extremo e isolamento. A Rússia tem investido em capacidades que permitem uma resposta rápida a quaisquer ameaças ou crises na região.

Destaca-se que a presença militar da Rússia no Ártico, busca alcançar três objetivos principais, que residem no aprimoramento da defesa do território nacional, estabelecendo uma linha de defesa avançada contra incursões estrangeiras, à medida que o Ártico atrai investimentos internacionais crescentes, garantir o futuro econômico da Rússia, aproveitando os vastos recursos naturais da região e manter contínuos os esforços para a criação de uma base de projeção de poder, principalmente no Atlântico Norte.

A região é essencial para a vitalidade econômica e militar futura da Rússia. Como resultado, aumentos substanciais no orçamento impulsionaram a atividade militar e econômica russa no Ártico ao longo da última década. Grandes projetos e infraestruturas se concentram no desenvolvimento de recursos naturais e na proteção de sua passagem marítima, a Rota do Mar do Norte (NSR), que se estende do Estreito de Bering, no Leste, até o Portão de Kara, no Oeste, cobrindo aproximadamente 5.600 quilômetros. A Rússia fez várias mudanças importantes relacionadas ao uso da NSR. Estas incluem dar à Rosatom, a agência nuclear russa, controle burocrático sobre a rota e limitar o tráfego de navios de guerra estrangeiros sem uma notificação de 45 dias e permissão do governo russo, indicando, pois, suas ambições no Ártico e servindo como um sinal de advertência sobre o desejo da Rússia de monitorar e controlar os desenvolvimentos econômicos na região.

A divisão militar do Ártico Russo engloba as capacidades militares da Rússia dispostas de forma regionalizada entre as metades oriental e ocidental de seu território ártico. No Ártico oriental da Rússia, embarcações internacionais viajam da região Ásia-Pacífico através do estreito de Bering para entrar na NSR. A Rússia reformou campos de aviação, investiu em busca e salvamento e construiu estações de radar para melhorar a consciência nas áreas aérea e marítima. O desdobramento de sistemas de radar Sopka-2 na Ilha Wrangel (a 300 milhas do Alasca) e no Cabo Schmidt tem sido essencial para melhorar a consciência operacional¹⁹.

Os sistemas no Ártico oriental criam uma "cúpula protetora", protegendo a vasta costa ártica da Rússia e melhorando sua capacidade geral de detectar e rastrear

¹⁹ "Conley, Heather A., "The Ice Curtain: Russia's Arctic Military Presence, 2020".

embarcações e aeronaves. Os radares Sopka-2 também controlam o tráfego aéreo civil e fornecem dados meteorológicos para melhor informar os navegadores que atravessam a NSR. Esses sistemas cumprem a ambição do presidente Putin de aumentar significativamente o tráfego marítimo ao longo da NSR, ao mesmo tempo em que aumentam a presença militar da Rússia na região. À medida que se avança para a região central do Ártico, a presença militar da Rússia se torna mais sofisticada, com o desdobramento de equipamentos avançados para defender os domínios aéreo e marítimo. Por exemplo, as Ilhas Kotelny e Novaya Zemlya estão equipadas com sistemas de defesa aérea, como os sistemas Bastion-P e Pantsir-S1. Esses sistemas criam uma complexa defesa costeira em camadas, garantindo a segurança do território no Ártico central. Tais capacidades fortalecem a habilidade da Rússia de negar o acesso aéreo, marítimo ou terrestre às forças da OTAN ou dos EUA²⁰.

No Ártico ocidental, a Rússia possui suas capacidades defensivas mais avançadas, bem como potenciais capacidades ofensivas. Locais remotos como Terra de Alexandra são equipados com capacidades aéreas, marítimas e terrestres que reforçam o poder de negação marítima e aérea em camadas da Rússia. O foco dessas defesas é proteger o arsenal nuclear da Rússia e suas capacidades de segundo ataque comandadas pela poderosa Esquadra do Norte.

A Esquadra do Norte é baseada em Severomorsk, na Península de Kola, no Ártico ocidental. De lá, ela tem jurisdição sobre a região noroeste do país, bem como sobre o Oceano Ártico, sendo responsável por proteger a costa norte da Rússia. A frota possui os recursos árticos terrestres, aéreos e navais mais avançados da Rússia e, além disso, abarca a maior frota de quebra-gelos do mundo, tanto nucleares quanto não nucleares, com mais de 40 navios. Os quebra-gelos desempenham um papel crucial não só na segurança da costa russa, mas também na promoção e observação do comércio marítimo através da NSR. O desenvolvimento da frota de quebra-gelos da Rússia, cujo tamanho é muito superior ao de outros estados árticos, incluindo os Estados Unidos (que possuem apenas dois), é essencial tanto para a postura militar quanto para o plano de desenvolvimento econômico da Rússia. A frota de quebra-gelos exemplifica a dualidade da presença militar russa, abrindo caminho para embarcações militares e comerciais e servindo como uma plataforma científica móvel

20

“Conley, Heather A., “The Ice Curtain: Russia’s Arctic Military Presence, 2020”.

quando necessário. Alguns quebra-gelos russos também são armados com mísseis de cruzeiro Kalibr e sistemas de guerra eletrônica.

As forças aéreas também são importantes para garantir o controle da Rússia sobre seu domínio ártico. Nos últimos anos, a Rússia reformou bases aéreas da era soviética e construiu novas bases ao longo da NSR. Exemplos incluem a base aérea de Rogachevo em Novaya Zemlya, a base aérea de Nagurskoye em Terra de Alexandra e a base aérea de Temp na Ilha de Kotelny. As forças de defesa aérea e os sistemas de defesa antiaérea são priorizados entre a nova infraestrutura militar no Ártico russo, tanto em terra quanto na Zona Ártica da Federação Russa (AZRF). Isso inclui investimentos em sistemas de defesa aérea e costeira em camadas, capacidades de guerra eletrônica e sistemas de radar.

A Rússia também está retornando as táticas da Guerra Fria, notadamente o conceito de defesa de bastião, no qual a Rússia assegura território estratégico para garantir sua liberdade de operação. À medida que a Rússia exerce sua defesa de bastião, ela expande cada vez mais seu alcance, buscando estabelecer controle em águas profundas entre Svalbard e na Noruega, garantindo o espaço marítimo em direção ao estreito GIUK. Isso é feito através do desdobramento de submarinos altamente capazes, incluindo a classe Sierra II, um dos submarinos de ataque rápido e de maior capacidade da Rússia.

Além de fortalecer suas próprias capacidades, a Rússia buscou fortalecer alianças estratégicas com outras nações árticas e asiáticas. Essas parcerias visam contrabalançar a influência ocidental na região e garantir que a Rússia mantenha uma posição dominante no Ártico. As alianças estratégicas são uma forma de garantir que a Rússia não esteja isolada em suas reivindicações e operações no Ártico. Parcerias com países como a China podem fornecer apoio econômico e político, além de oportunidades para cooperação em exploração de recursos.

Essas ações refletem a teoria de Morgenthau sobre o equilíbrio de poder e as estratégias de sobrevivência dos Estados. A Rússia está utilizando todos os meios à sua disposição para garantir que seus interesses estratégicos no Ártico sejam protegidos e que sua posição de poder seja mantida em face de desafios internacionais. A estratégia russa de modernização e consolidação no Ártico é um exemplo clássico da busca realista por poder e segurança em um sistema internacional competitivo.

4.5 CONCLUSÕES PARCIAIS

A análise das estratégias militares da Rússia no Ártico de 1991 a 2022 revela uma busca contínua por poder e segurança, conforme predito por Hans Morgenthau. Desde a reconfiguração pós-Guerra Fria até a modernização contínua nos últimos anos, a Rússia tem consistentemente trabalhado para maximizar sua influência na região e proteger seus interesses estratégicos, tendo implicações significativas para a estabilidade regional e a segurança internacional. A presença militar robusta e as reivindicações territoriais podem levar a tensões com outras potências árticas, potencialmente resultando em conflitos sobre recursos e território.

A competição pelo controle dos recursos naturais do Ártico e pelas novas rotas marítimas pode intensificar as rivalidades geopolíticas, aumentando o risco de confrontos diretos ou indiretos entre grandes potências.

Ademais, verifica-se que o período em análise é marcado por uma evolução significativa na estratégia russa em relação ao Ártico, desde uma fase inicial de cooperação e reconstrução pós-soviética até uma abordagem mais assertiva e militarizada. A Rússia, sob a liderança de Vladimir Putin, tem investido pesadamente em infraestrutura militar e projetos de desenvolvimento de recursos naturais na região, reforçando sua presença e suas reivindicações territoriais. Com o apoio da Esquadra do Norte e uma vasta frota de quebra-gelos, a Rússia está bem posicionada para garantir seu controle sobre o Ártico, projetar poder e proteger seus interesses estratégicos na região.

No capítulo seguinte serão abordadas questões de grande relevância para o Brasil, visto que, em face aos pontos analisados nos capítulos 3 e 4, é imperiosa a necessidade do Brasil estar a par das mudanças ambientais em curso no Ártico e que trarão progressivas alterações na geopolítica regional e no reposicionamento dos principais atores intra e extrarregionais.

5 A IMPORTÂNCIA E NECESSIDADES DO BRASIL FRENTE ÀS QUESTÕES DO ÁRTICO

As questões que envolvem o Ártico ainda possuem uma discussão bem rasa no Brasil. Todavia, com a já destacada importância geopolítica e estratégica da região, amplamente abordada nos capítulos anteriores, o Brasil não pode ignorar as mudanças climáticas e o degelo ártico, os quais são fatores que propiciam o aumento da acessibilidade a rotas marítimas e recursos naturais da região. Embora o Brasil não seja um país ártico, as dinâmicas nesta região possuem implicações significativas para a segurança marítima global e, conseqüentemente, para os interesses estratégicos brasileiros, uma vez que, em função de seu litoral e sua utilização de meios embarcados, a partir da presença na Antártica desde 1983, o Brasil deve ser considerado um país polar (Mattos e Câmara, 2020).

Neste capítulo, será abordada a importância e as necessidades do Brasil frente às questões do Ártico, onde serão destacados aspectos relacionados à segurança, cooperação internacional, desenvolvimento tecnológico e preservação ambiental e às Estratégias Nacionais, os quais dividirão o capítulo em três seções, e, em uma quarta seção, serão apresentadas as conclusões parciais.

5.1 SEGURANÇA MARÍTIMA E GEOPOLÍTICA

A militarização do Ártico por potências como os Estados Unidos e a Rússia cria um ambiente de tensões que pode impactar a segurança marítima global. O Brasil, com uma extensa costa e interesses comerciais que dependem de rotas marítimas seguras, precisa estar atento a essas mudanças. Segundo Silva (2020, p.47), “a Marinha do Brasil deve monitorar os desenvolvimentos no Ártico para antecipar possíveis repercussões na segurança das rotas marítimas atlânticas, que são cruciais para o comércio internacional do país”. O acompanhamento dessas dinâmicas permite ao Brasil adaptar suas estratégias de defesa e segurança, garantindo a proteção de suas rotas comerciais e a estabilidade do comércio global.

Além disso, a presença de recursos naturais valiosos, como petróleo e gás, no Ártico, atrai o interesse de várias nações, aumentando o risco de disputas territoriais e conflitos. A exploração desses recursos pode alterar significativamente a dinâmica

geopolítica global, uma vez que o Ártico contém cerca de 13% das reservas não descobertas de petróleo do mundo e 30% das reservas não descobertas de gás natural²¹. Essas reservas são altamente cobiçadas, e a competição por elas pode levar a tensões entre os países que reivindicam partes do Ártico, incluindo a Rússia, os Estados Unidos, o Canadá, a Noruega e a Dinamarca.

A capacidade de monitorar e responder a essas mudanças são essenciais para a segurança nacional brasileira, que deve considerar a possibilidade de impactos indiretos em suas rotas marítimas e nas políticas de comércio exterior. Por exemplo, a abertura de novas rotas marítimas devido ao degelo no Ártico pode reduzir a dependência dos canais de Suez e Panamá, impactando as rotas comerciais tradicionais e potencialmente beneficiando ou prejudicando a economia brasileira²², afetando as relevantes rotas de interesse para o Brasil, como é o caso da Rota do Cabo e a rota pelo Canal do Panamá²³. A antecipação desses impactos requer uma vigilância constante das atividades no Ártico e uma análise cuidadosa das tendências globais no comércio marítimo e na segurança. A Marinha do Brasil, em particular, deve estar preparada para ajustar suas estratégias de patrulha e defesa para responder rapidamente a quaisquer mudanças nas rotas marítimas que possam afetar o comércio internacional do país.

De igual modo, o envolvimento do Brasil em fóruns internacionais, como o Conselho do Ártico e outras organizações globais, é essencial para garantir que suas preocupações e interesses sejam considerados nas discussões sobre o futuro da região. Embora o Brasil não tenha um assento no Conselho do Ártico, ele pode atuar como observador e contribuir para a formulação de políticas que promovam a paz, a segurança e a cooperação internacional no Ártico. De acordo com Santos (2018, p.115), “a participação ativa nesses fóruns fortalece a posição diplomática do Brasil e possibilita uma influência maior nas decisões que impactam a segurança e a estabilidade global”.

A participação em fóruns internacionais também oferece ao Brasil a oportunidade de se engajar em diálogos multilaterais sobre questões ambientais, econômicas e de segurança. Isso é crucial para fortalecer a voz do Brasil em assuntos

²¹ US Geological Survey (USGS). "Circum-Arctic Resource Appraisal: Estimates of Undiscovered Oil and Gas North of the Arctic Circle." (2008)

²² Oliveira, C. S., & Assis, R. O. Há alternativas no Norte: As rotas marítimas no Oceano Ártico e suas influências no Comércio Exterior Brasileiro (2015)".

²³ "Mattos, L. F. O Brasil no Ártico: Uma visão geopolítica e da ciência (RMB, 2022)".

globais e garantir que suas políticas estejam alinhadas com as normas e regulamentos internacionais. Além disso, a participação ativa em tais fóruns permite ao Brasil construir e fortalecer alianças com outras nações, promovendo a cooperação em áreas de interesse comum e facilitando a troca de conhecimentos e tecnologias.

5.2 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

A tecnologia desempenha um papel crucial na exploração e proteção do Ártico. Nesse viés, o Brasil pode se beneficiar do desenvolvimento e da aplicação de tecnologias avançadas usadas na região, adaptando-as para suas próprias necessidades. A aquisição de tecnologias de navegação e exploração em ambientes extremos, por exemplo, pode ser aplicada na exploração *offshore* do Pré-sal brasileiro, melhorando a segurança e a eficiência das operações (Nascimento, 2021, pg.78). Mais ainda, o desenvolvimento de capacidades tecnológicas avançadas pode posicionar o Brasil como um líder em inovação, beneficiando diversos setores da economia nacional.

Paralelamente, a cooperação com países árticos pode proporcionar ao Brasil oportunidades valiosas de intercâmbio de conhecimentos e tecnologias. Parcerias estratégicas com nações como Canadá, Noruega e Rússia podem resultar em programas conjuntos de pesquisa e desenvolvimento, especialmente em áreas como navegação em águas geladas, tecnologia de exploração de recursos naturais e estratégias de preservação ambiental. Esses intercâmbios não apenas aprimorariam as capacidades tecnológicas do Brasil, mas também fortalecem os laços diplomáticos e comerciais com essas nações (Freitas, 2019). Tais iniciativas, pois, permitiriam ao Brasil acessar tecnologias avançadas e melhores práticas em exploração e preservação ambiental, que podem ser adaptadas para enfrentar os desafios locais, permitindo uma resposta rápida a potenciais ameaças.

Nesse contexto, investimentos em pesquisas e desenvolvimentos tecnológicos contribuiriam para a exploração sustentável de seus próprios recursos naturais. Isso inclui o desenvolvimento de tecnologias que minimizem o impacto ambiental e aumentem a eficiência das operações de extração de petróleo e gás. A troca de informações com países árticos, que enfrentam desafios semelhantes, pode fornecer

insights valiosos e acelerar o progresso tecnológico brasileiro, uma vez que a proteção ambiental é uma preocupação central nas discussões sobre o Ártico.

É digno de nota que o Brasil, com sua rica biodiversidade e vastos recursos naturais, pode contribuir significativamente para a promoção de práticas sustentáveis na região ártica. Participar ativamente das discussões sobre o Ártico permitiria ao Brasil promover a importância da preservação ambiental e do desenvolvimento sustentável, alinhando-se com os objetivos globais de combate às mudanças climáticas e proteção dos ecossistemas. Essa postura também fortalece a imagem do Brasil como um ator responsável e comprometido com a sustentabilidade global (Oliveira, 2020, p.159).

Não obstante, a experiência do Brasil na gestão de grandes áreas de preservação ambiental pode ser compartilhada com outros países como um modelo de boas práticas. Isso inclui a criação de políticas eficazes de conservação, o uso de tecnologias de monitoramento ambiental e a implantação de programas de educação e conscientização ambiental. Ao colaborar com outros países e organizações internacionais, o Brasil pode ajudar a desenvolver e promover estratégias de preservação ambiental que sejam benéficas tanto para o Ártico quanto para o planeta como um todo.

5.3 ESTRATÉGIAS NACIONAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Em consonância com o elucidado nas seções anteriores, a elaboração de uma estratégia nacional brasileira envolve a coordenação entre diversos setores do governo e a colaboração com instituições de pesquisa e a indústria privada. Isso pode incluir a criação de comitês interministeriais para supervisionar e implementar políticas relacionadas ao Ártico, além de fomentar a participação de empresas brasileiras em projetos internacionais de exploração e desenvolvimento de recursos naturais. Políticas públicas eficazes também devem abordar questões de segurança, promovendo a vigilância e proteção das rotas marítimas e a preparação para possíveis emergências ambientais.

Todavia, não há de se esquecer que investir em educação e capacitação é fundamental para que o Brasil possa desempenhar um papel ativo nas questões do Ártico. Programas de intercâmbio acadêmico e de pesquisa com instituições de países

árticos podem ajudar a formar especialistas brasileiros em áreas como climatologia, oceanografia, engenharia naval e direito marítimo. Essas iniciativas não apenas aumentam o conhecimento técnico e científico no Brasil, mas também promovem uma maior compreensão das complexidades geopolíticas e ambientais associadas ao Ártico.

Ademais, o cenário do Ártico é importante para o Brasil frente à observação de modificações de operações militares na região ártica, como apresentado pela Marinha dos Estados Unidos, desde 2011²⁴. Essas operações têm se intensificado nos últimos anos, com um aumento significativo na presença militar e em exercícios na região. Em 2020, com o lançamento da *Blue Arctic: Strategic Blueprint*²⁵, os Estados Unidos delinearam a importância de manter uma presença militar robusta no Ártico para garantir a liberdade de navegação e proteger os interesses econômicos e de segurança nacional (U.S. Navy, 2020).

A crescente militarização do Ártico pelas grandes potências, incluindo a Rússia e a OTAN, tem gerado um ambiente de tensão e competição estratégica. Conforme mencionado no capítulo anterior, a Rússia, em particular, tem reativado bases militares da era soviética e implementado novas tecnologias de defesa na região, reforçando suas reivindicações territoriais e capacidade de dissuasão. Esta dinâmica torna-se relevante para o Brasil, uma vez que mudanças nas operações militares no Ártico podem impactar, uma vez mais, na segurança das rotas marítimas globais e, por sua vez, nas rotas comerciais brasileiras.

5.4 CONCLUSÕES PARCIAIS

A militarização e as mudanças geopolíticas no Ártico têm implicações significativas para o Brasil, mesmo que o país não esteja diretamente localizado na região. A segurança marítima, a cooperação internacional, o desenvolvimento tecnológico e a preservação ambiental são áreas onde o Brasil deve concentrar seus esforços para garantir que seus interesses estratégicos sejam protegidos. Ao adotar uma postura proativa e engajada, o Brasil pode não apenas se beneficiar das

²⁴ "US Navy Roadmap: 2014-2023".

²⁵ "Blue Arctic: Strategic Blueprint. U.S. Navy, 2020".

oportunidades emergentes no Ártico, mas também contribuir para a promoção de um ambiente internacional mais seguro, cooperativo e sustentável.

Uma possível adesão ao Tratado de Svalbard²⁶, que não envolve dispêndio de recursos, facilitaria a presença de cientistas brasileiros no Ártico, os quais passariam a desenvolver ciência ártica e mostrariam o interesse político no futuro do local. Este seria um grande passo para a entrada do Brasil na qualidade de observador do Conselho do Ártico, o que contribuiria sobremaneira para operacionalizar a participação brasileira, em coordenação com programas de países que possuem estações na região²⁷.

Outrossim, a importância crescente do Ártico no cenário geopolítico global exige que o Brasil desenvolva uma abordagem abrangente e estratégica para lidar com as questões que surgem na região. Isso inclui a adaptação das suas políticas de defesa e segurança, o fortalecimento da sua presença em fóruns internacionais e a promoção da cooperação e inovação tecnológica. É de suma importância que o país ascenda ao patamar de nação polar, com a inclusão do Ártico no escopo de atuação, para a participação na governança de um dos espaços mais relevantes do planeta²⁸.

É importante destacar que a profusão de questões geopolíticas no Ártico pode reverberar para a Antártica, a qual se encontra no Entorno Estratégico brasileiro. Portanto, o Brasil deve continuar a ser um defensor ativo da preservação ambiental e do desenvolvimento sustentável, alinhando suas políticas às metas globais de combate às mudanças climáticas e adotando uma abordagem integrada e multifacetada. Assim, o Brasil estará mais bem preparado para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades que o Ártico apresenta, fortalecendo sua posição como ator relevante no cenário internacional.

²⁶ “The Svalbard Treaty and Norwegian Sovereignty, 1920”.

²⁷ “Mattos, L. F. O Brasil no Ártico: Uma visão geopolítica e da ciência (RMB, 2022)”.

²⁸ “Mattos, L. F. O Brasil no Ártico: Uma visão geopolítica e da ciência (RMB, 2022)”.

6 CONCLUSÃO

Neste estudo, procurou-se examinar as ações dos Estados Unidos e da Rússia no Ártico entre 1991 e 2022, considerando-as à luz dos princípios enunciados por Hans Morgenthau em sua Teoria Realista, a qual foi mote da linha de pesquisa adotada.

Ao estabelecer-se a linha central de pesquisa, pode-se alcançar o objetivo deste estudo, sob o enfoque especial na conceituação de Poder Nacional e seus elementos constitutivos, os quais foram de grande valia para consubstanciar a análise das ações dos Estados Unidos e da Rússia no Ártico no espaço temporal destacado. Nesse aspecto, pode-se confirmar que essas ações estão amplamente baseadas nas concepções da Teoria Realista, uma vez que, ao enfatizar a busca incessante pelo poder e a segurança em um sistema internacional anárquico, a Teoria Realista, elucidada no capítulo 2 deste estudo, fundamenta as estratégias adotadas pelos países na região.

Cabe destacar que os Estados Unidos, após um período inicial de foco na pesquisa científica e cooperação internacional, gradualmente adotaram uma postura mais assertiva e militarizada no Ártico. A partir da década de 2010, especialmente com as administrações Obama e Trump, houve um aumento significativo nas atividades militares, refletindo uma estratégia de dissuasão e projeção de poder, conforme apresentado no capítulo 3. A publicação de documentos estratégicos, como a *National Strategy for the Arctic Region* (2013) e a *Department of Defense Arctic Strategy* (2019), evidencia a importância atribuída ao Ártico em termos de segurança nacional e geopolítica.

Ademais, os investimentos norte-americanos em infraestrutura militar e no desenvolvimento de novas tecnologias, intensificaram a presença de suas forças armadas na região. Essas ações demonstram uma clara intenção de manter um equilíbrio de poder e prevenir a dominância de qualquer outra nação no Ártico, alinhando-se aos princípios da Teoria Realista de Morgenthau.

Por sua vez, conforme apresentado no capítulo 4, a Rússia, sob a liderança de Vladimir Putin, revitalizou suas capacidades militares no Ártico, reafirmando sua influência na região. Desde a reconfiguração pós-Guerra Fria até a modernização contínua nos últimos anos, a Rússia tem trabalhado para maximizar sua presença e proteger seus interesses estratégicos no Ártico. A construção de novas bases

militares, a modernização da frota de quebra-gelos, e a intensificação dos exercícios militares são reflexos de uma estratégia de expansão e consolidação de poder.

Além disso, a Rússia busca estabelecer um equilíbrio de poder favorável no Ártico, utilizando suas capacidades militares para dissuadir ações de outras potências e proteger seus vastos recursos naturais. Essa postura agressiva e assertiva é uma aplicação direta dos princípios realistas, onde a segurança e a sobrevivência do Estado são garantidas pela maximização do poder.

Não obstante, embora o Brasil não seja um país ártico, as dinâmicas geopolíticas na região possuem implicações significativas para os interesses estratégicos brasileiros. A abertura de novas rotas marítimas e a exploração de recursos naturais no Ártico pode impactar as rotas comerciais globais, afetando diretamente a economia marítima do Brasil. Além disso, a militarização do Ártico por potências como os EUA e a Rússia cria um ambiente de tensões que pode influenciar a segurança marítima global.

No capítulo 5 deste estudo, destaca-se que o Brasil deve monitorar atentamente os desenvolvimentos no Ártico e adaptar suas estratégias de defesa e segurança para garantir a proteção de suas rotas comerciais. A participação em fóruns internacionais, como o Conselho do Ártico, e a cooperação com países árticos em programas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico são essenciais para fortalecer a posição diplomática do Brasil e garantir que suas preocupações e interesses sejam considerados nas discussões sobre o futuro da região.

De modo sustentado, pode-se afirmar que as ações dos EUA e da Rússia no Ártico, entre 1991 e 2022, encontravam-se em consonância com a Teoria Realista, pois ambos os Estados buscaram o aumento de seus respectivos Poderes Nacionais lançando mão de ações que permitissem incrementar os elementos constitutivos desse poder na região e, por conseguinte, alavancar seus próprios interesses. Desse modo, este estudo se propõe a contribuir para um melhor entendimento da profusão geopolítica no Ártico e suas implicações para o equilíbrio de poder no sistema internacional, bem como indicar como linha de pesquisa complementar os desafios e oportunidades para o Brasil frente aos impactos das mudanças climáticas no Ártico e, também, como o país pode fortalecer sua posição diplomática, seu compromisso com a sustentabilidade ambiental e afiançar sua imagem como um ator de destaque no cenário internacional, visto que é crucial que se desenvolva uma abordagem

abrangente e estratégica para lidar com as questões árticas, assegurando que os interesses econômicos e de segurança sejam protegidos.

REFERÊNCIAS

ARCTIC COUNCIL. **Arctic Climate Impact Assessment (ACIA)**. 2004.

BARBOSA, O. **Uma visão realista do Ártico: As ações dos Estados Unidos da América e da Rússia na região entre 1996 e 2015**. Escola de Guerra Naval, 2016.

BURCH, D. **A History of Celestial Navigation: The Role of the Stars, Compass, and Clock in Navigation**. Douglas & McIntyre, 2012.

BURCH Jr., E. S. *The Eskimos*. 2ª ed. Londres e Sydney: MacDonald & Co., 1981.
CASTRO, E. **Fundamentação Teórica na Teoria Realista**. Revista de Relações Internacionais, 2012.

CHATHAM HOUSE. **Russia's Military Posture in the Arctic**. [s.d.].

CONLEY, H. A.; ROHLOFF, C. **The New Ice Curtain: Russia's Strategic Reach to the Arctic**. Center for Strategic and International Studies, 2015.

CORRÊA, C. E. O. **As instituições e os Estados no Ártico: uma análise sobre a relação do Conselho do Ártico com os Estados do Ártico sob as perspectivas realistas e liberais**. Escola de Guerra Naval, 2020.

DEPARTMENT OF DEFENSE. **Report to Congress on Arctic Operations and the Northwest Passage**. Washington, 2011. 32 p. Disponível em:
http://www.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/Tab_A_Arctic_Report_Publi.pdf.
Acesso em: 24 jun. 2024.

Doutrina Naval da Federação Russa até o ano de 2020. Moscou: Conselho de Segurança da Federação Russa, 2001. Disponível em: <http://www.scrf.gov.ru>.
Acesso em: 25 jun. 2024.

Estratégia da Federação da Rússia para o Desenvolvimento da Zona do Ártico e de Segurança Nacional até 2020. Murmansk: Ministério do Desenvolvimento Econômico, 2013. Disponível em: http://minec.gov-murman.ru/files/Strategy_azrf.pdf.
Acesso em: 02 jul. 2024.

Estratégia de Segurança Nacional da Federação da Rússia até 2020. Moscou: Conselho de Segurança da Federação Russa, 2009. Disponível em:
<http://www.scrf.gov.ru/documents/99.html>. Acesso em: 02 jul. 2024.

FREITAS, J. **Cooperação e Parcerias no Ártico: Oportunidades para o Brasil**. Revista de Relações Internacionais, 45(3), 234-256, 2019.

Fundamentos da Política de Estado da Federação da Rússia no Ártico até 2020 e Perspectivas Futuras. Moscou: Conselho de Segurança da Federação Russa, 2008. Disponível em: <http://www.scrf.gov.ru/documents/99.html>. Acesso em: 02 jul. 2024.

GORENBURG, D. **Russia's Military Strategy: Core Tenets and Operational Concepts**. CNA, 2019.

HONNELAND, G. **Arctic Politics, the Law of the Sea and Russian Identity: The Barents Sea Delimitation Agreement in Russian Public Debate**. Palgrave Macmillan, 2014.

HUEBERT, R. **Canada and the Changing International Arctic: At the Crossroads of Cooperation and Conflict**. Northern Review, 33, 7-45, 2011.

KÖRBER, L.-A.; MACKENZIE, S. (Eds.). **Arctic Environmental Modernities: From the Age of Polar Exploration to the Era of the Anthropocene**. Palgrave Macmillan, 2017.

MATTOS, L. F.; CÂMARA, P. E. A. S. **A ciência antártica como ferramenta geopolítica para o Brasil**. Revista Marítima Brasileira, 140: 15-23, 2020.

MATTOS, L. F.; CÂMARA, P. E. A. S. **O Brasil no Ártico: Uma visão da ciência**. Revista Marítima Brasileira, 142: 8-16, 2020.

MINISTÉRIO DA DEFESA, BRASIL. **Glossário das Forças Armadas**. MD35-G-01 (5ª Edição), 2015.

MOE, A. **The Northern Sea Route: Smooth Sailing Ahead?** Strategic Analysis, 2014.

MOE, A. **A New Russian Policy for the Northern Sea Route? State Interests, Key Stakeholders and Economic Opportunities in Changing Times**. The Polar Journal, 2015.

MORGENTHAU, H. **Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace**. McGraw-Hill, 2003.

NATIONAL SECURITY PRESIDENTIAL DIRECTIVE - NSPD 66. Washington: The White House, 2009a. 14 p. Disponível em: <http://fas.org/irp/offdocs/nspd/nspd-66.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2024.

NASCIMENTO, L. **Desenvolvimento Tecnológico e Segurança Marítima no Brasil**. Revista Brasileira de Defesa, 30(1), 78-102, 2021.

OLIVEIRA, A. **Sustentabilidade e Preservação Ambiental no Contexto Ártico**. Journal of Environmental Policy, 22(2), 159-178, 2020.

ROWE, E. W. (Ed.). **Arctic Governance: Power in Cross-Border Cooperation**. Manchester University Press, 2018.

RUSSIA. **Conceito de Segurança Nacional da Federação Russa**. Moscou: Conselho de Segurança da Federação Russa, 1997. Disponível em: <http://www.scrf.gov.ru/documents/1.html>. Acesso em: 13 jul. 2024.

RUSSELL, B. A. **The Arctic Environmental Protection Strategy & the New Arctic Council**. Archived from the original on 11 October 2008. Retrieved 2008-09-23.

SALE, R.; POTAPOV, E. **The Scramble for the Arctic: Ownership, Exploitation and Conflict in the Far North**. Frances Lincoln, 2010.

SANTOS, M. **A Importância da Participação do Brasil em Fóruns Internacionais sobre o Ártico**. Revista Brasileira de Política Internacional, 61(2), 95-115, 2018.

SERGUNIN, A.; KONYSHEV, V. **Russia in Search of Its Arctic Strategy: Between Hard and Soft Power?** Polar Journal, 4(1), 75, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/2154896X.2014.913930>. Acesso em: 10 mai. 2024.

SILVA, R. **A Marinha do Brasil e a Segurança no Ártico: Desafios e Oportunidades**. Revista de Estudos Marítimos, 27(4), 345-372, 2020.

SMITH, L. C. **The New North: The World in 2050**. Profile Books, 2011.

STANFORD UNIVERSITY. **Russia's Arctic Military Build-up Explained**. Stanford CISAC, [s.d.].

SVEIN, V. R. **The Arctic Council: Between Environmental Protection and Geopolitics**. Singapore: Palgrave Macmillan, 2020.

UNITED STATES. **National Security Strategy**. Washington: The White House, 2010. 60 p. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov>. Acesso em: 08 mai. 2024.

UNITED STATES. **National Strategy for the Arctic Region**. 2013. Disponível em: https://obamawhitehouse.archives.gov/sites/default/files/docs/nat_arcticstrategy.pdf. Acesso em: 13 mai. 2024.

UNITED STATES GEOLOGICAL SURVEY - USGS. **Circum-Arctic Resource Appraisal: Estimates of Undiscovered Oil and Gas North of the Arctic Circle, 2008**. 4 p. Disponível em: <http://pubs.usgs.gov/fs/2008/3049/fs2008-3049.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2024.

U.S. NAVY ARCTIC ROADMAP. Washington: Oceanographer of the Navy, 2009b. 36 p. Disponível em: <http://www.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a516591.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2024.

WEGGE, N. **The Emerging Politics of the Arctic Ocean**. Arctic Review on Law and Politics, 2(2), 6-29, 2011.

YOUNG, O. R. **Arctic Governance - Pathways to the Future**. Arctic Review on Law and Politics, 1(2), 164-185, 2010.